

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA - IPREMED
NOTAS EXPLICATIVAS 2021

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA – IPREMED, Autarquia Municipal instituída pela Lei Municipal nº 081/2005, de 29 de outubro de 2005, inscrita no CNPJ/MF nº 07.902.410/001-77, exercendo suas atividades junto à sede do Poder Executivo do Município de Medianeira - Paço Municipal José Della Pasqua, situada a Av. José Callegari nº 647, Bairro Ipê, tendo por finalidade assegurar o gozo dos benefícios previstos nesta lei a serem custeados pelo Ente Municipal e pelos participantes e beneficiários, na forma dos instrumentos normativos correspondentes.

No exercício financeiro de 2021 o IPREMED iniciou suas atividades com 366 Inativos e 55 Pensionistas e finalizou com 399 inativos e 56 Pensionistas, atuais beneficiários da previdência.

As demonstrações contábeis foram extraídas do Sistema de Contabilidade Pública contratado pelo **IPREMED** junto à **GOVERNANÇABRASIL S/A – TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.165.960.0001-01, e incluem os dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da unidade administrativa constante da tabela abaixo:

UNIDADE GESTORA	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
004	IPREMED	07.902.410/0001-77

As demonstrações são compostas por: Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração da Dívida Fundada (DF), Demonstração da Dívida Flutuante (DF), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2021, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis do **IPREMED** foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição (Portaria 286/2019 de 07/05/2019), em consonância com os demais dispositivos legais que regulam a matéria, como a Lei Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao setor público.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações consideradas relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis padrões.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, cuja elaboração é exigida pela Lei Federal nº 4320/1964, é também objeto de outras normas legais contábeis, nacionais e internacionais. Seu objetivo é a possibilidade de identificar a posição patrimonial da entidade em um determinado momento (situação estática). Visto também como uma fotografia onde se busca avaliar: situação financeira; posição dos estoques; posição dos bens patrimoniais; posição das dívidas trabalhistas e tributárias; posição dos empréstimos e financiamentos e a posição do patrimônio líquido da entidade, que decorre da relação entre o ativo e o passivo.

Relevante apresentar a situação financeira representada pelos grupos previdenciários, já que o ente em questão opera com segregação de massas desde a implantação da Lei 081/2005. Assim, se mantém registros contábeis separadamente por: **GRUPO FINANCEIRO E GRUPO PREVIDENCIÁRIO.**

No que se refere às **disponibilidades** (créditos), temos:

GRUPO FINANCEIRO		
DISPONÍVEL	INVESTIMENTOS	CRÉDITOS A RECEBER
8.807,31	11.067.392,49	370.661,51
DISPONÍVEL		
ENTIDADE	VALOR	FINALIDADE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	Pagamento Benefício
BANCO DO BRASIL	0,00	Consignações
ITAU UNIBANCO	8.807,31	Pagamento Benefício
INVESTIMENTOS		
ENTIDADE	VALOR	FINALIDADE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.964.303,56	Compensação Previdenciária
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2.027.401,57	Pagamento Benefício
BANCO ITAÚ	5.098.419,48	Pagamento Benefício
BANCO ITAÚ	48.437,47	Taxa Administrativa
BANCO DO BRASIL	951.823,08	Pagamento Benefício
BANCO DO BRASIL	722.373,04	Compensação Previdenciária
BANCO DO BRASIL	254.634,29	Taxa Administrativa
CRÉDITOS A RECEBER		
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO		171.085,47
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR INATIVO		1.073,83
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR PENSIONISTA		776,09
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL		197.726,12

GRUPO PREVIDENCIÁRIO		
DISPONÍVEL	INVESTIMENTOS	CRÉDITOS A RECEBER
0,00	56.526.515,24	534.635,30
INVESTIMENTOS		
ENTIDADE	VALOR	FINALIDADE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	36.258.697,63	Pagamento Benefício
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.123.331,28	Taxa Administrativa
ITAU UNIBANCO	11.404.394,43	Pagamento Benefício
BNY DAYCOVAL	988.014,29	Pagamento Benefício
BANCO BRADESCO	2.555.552,74	Pagamento Benefício
BANCO DO BRASIL	4.196.524,87	Pagamento Benefício
CRÉDITOS A RECEBER		
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO		267.317,65
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL		267.317,65

O **Imobilizado** da entidade até o momento não vem sendo depreciado como também não reflete a vida útil e seu valor residual, cujo detalhamento segue:

COMPOSIÇÃO	VALOR	%
Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	3.566,00	8,09
Bens de Informática	20.119,81	45,66
Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.179,00	2,68
Máquinas, instalações e Utensílios de Escritório	12.140,00	27,55
Mobiliário em Geral	5.765,53	13,09
Máquinas para áudio, vídeo e foto	1.290,00	2,93

TOTAL	44.060,34	100,00
--------------	------------------	---------------

No tocante a suas **obrigações (Dívidas Passivas)**, temos:

GRUPO	RESTOS A PAGAR	CONSIGNAÇÕES
Grupo Financeiro	1.253.338,12	0,00
Grupo Previdenciário	13.904,78	0,00

As **Provisões Matemáticas** no BP demonstradas, constantes do bloco do Passivo Não-Circulante, no montante de R\$ 55.799.972,32 (cinquenta e cinco milhões setecentos e noventa e nove mil novecentos setenta e dois reais e trinta e dois centavos), referem-se aos resultados do cálculo atuarial elaborado para o exercício financeiro de 2021, à data-base 31/12/2020. O referido cálculo é elaborado pela **empresa contratada ACTUARY ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à Av. Presidente Kennedy nº 2999, sala 8, Bairro Água Verde, CEP 80.610-010, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.810.869/0001-71.

Além de ser uma exigência legal, **Avaliação Atuarial** periódica de um Plano de benefícios de Regime Próprio de Previdência Social, prevista na Lei n.º 9.717/98 e Portaria MPS n.º 204/08 é um levantamento atualizado essencial para a organização e revisão dos planos de custeio e de benefícios, no sentido de se manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial.

Os **atos potenciais ativos** no montante de R\$ 8.462,45 (Oito mil quatrocentos sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), refere-se ao saldo correção monetária a receber do Poder Executivo deste Município de Medianeira, de parcelamentos firmados por força da Lei Municipal n.º 585/2016, devidamente declarados junto à Secretaria de Previdência, na forma dos termos de parcelamentos n.os 003 e 004/2017, aos quais foi dada ampla publicidade.

Os **atos potenciais passivos** que somam R\$ 55.154,42 (Cinquenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). Referem-se aos saldos de contratos firmados com os fornecedores CRÉDITO & MERCADO GESTÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, GOVERNANÇABRASIL S/A – TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, L2F SISTEMAS WEB LTDA, MEDICINA DO TRABALHO E DATAPREV com objetos de Assessoria aos Ativos Financeiros, Fornecimento de Soluções em Informáticas, e manutenção, suporte e hospedagem do site oficial d do IPREMED, elaboração das perícias especiais e Solução em Informática para execução da compensação Previdenciária, respectivamente.

O quadro **superávit financeiro** por fontes de recursos apurado em Balanço Patrimonial, demonstra:

FONTE	DISPONÍVEL	RESTOS A PAGAR	SUPERÁVIT
001	1.426.403,04	9.243,52	1.417.159,52
040	63.489.635,40	1.257.999,38	62.231.636,02
094	0,00	0,00	0,00
551	2.686.676,60	0,00	2.686.676,60
TOTAL	67.602.715,04	1.267.242,90	66.335.472,14

Os valores inscritos em restos a pagar, no montante de R\$ 1.267.242,90 (Hum milhão duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e dois reais e noventa centavos), dividem-se em processados (R\$ 1.267.242,90), e não processados (R\$ 0,00)

Como resumo do Balanço Patrimonial temos:

ATIVO	PASSIVO
--------------	----------------

Ativo Circulante	68.508.011,85	Passivo Circulante	1.267.242,90
Ativo Não Circulante	44.060,34	Passivo Não Circulante	55.799.972,32
TOTAL ATIVO	68.552.072,19	TOTAL PASSIVO	57.067.215,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			11.484.856,97
TOTAL	68.552.072,19	TOTAL	68.552.072,19

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstração contábil com periodicidade anual, é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária, nos termos do art. 90 da Lei Federal n.º 4.320/64, prevê que a contabilidade pública, deve identificar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis, ficando clara e evidente a preocupação com a gestão do fluxo de compromissos assumidos e realizados no âmbito do setor público. Fazem parte deste demonstrativo as Receitas, Despesas, Restos a Pagar Processados e Não Processados.

A receita, sob o enfoque orçamentário, será registrada como ocorrida no momento de sua arrecadação, cumprindo a determinação da Lei Federal n.º 4.320/64, art. 35. “Pertencem ao exercício financeiro: I – as receitas nele arrecadadas”...

PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO RECEITA	RESULTADO
19.801.948,92	19.801.948,92	15.213.438,53	(4.588.510,39)

Nesta entidade a **arrecadação** se dá através de receitas orçamentárias (*disponibilidade de recursos*), e Receitas Intra-orçamentárias (Conforme a Portaria Interministerial 338 de 26/04/2006, que define como intra-orçamentárias “*as operações que resultem de despesas decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade no âmbito da mesma esfera de governo que criou as classificações de receita*”).

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS ARRECADADAS	RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS ARRECADADAS
8.586.381,29	6.627.057,24

As **despesas** correntes e de capital sob o aspecto orçamentário serão registradas como incorrida no ato do empenho, cumprindo a determinação da Lei n.º 4.320/64; art. 35. “Pertencem ao exercício financeiro: II – as despesas nele legalmente empenhadas”...

DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DEPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	SALDO DA DOTAÇÃO
22.879.454,03	22.879.454,03	21.910.238,91	21.910.238,91	20.642.996,01	969.215,12
Inscrição em Restos a Pagar Processados do Exercício de 2021					1.267.242,90
Pagamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores					9.620,71

Neste demonstrativo temos uma arrecadação inferior ao que havia sido projetada no montante de R\$ 4.588.510,39 (quatro milhões quinhentos oitenta e oito reais quinhentos e dez reais e trinta e nove centavos), e no que se refere aos dispêndios uma economia de dotação da ordem de R\$ 969.215,12 (novecentos e sessenta e nove mil duzentos e quinze reais e doze centavos). A metodologia utilizada para elaboração orçamentária se baseia em observação ao resultado atuarial e ao histórico da entidade.

Comparativo ao exercício anterior:

RECEITA	2020	2021	VARIAÇÃO
Receita Prevista	16.924.073,38	19.801.948,92	2.877.875,54
Receita Arrecadada	20.352.778,33	15.213.438,53	-5.139.339,80

Despesa Atualizada	19.973.585,70	22.879.454,03	2.905.868,33
Despesa Empenhada	19.377.757,85	21.910.238,91	2.532.481,06

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstração contábil, introduzida pela Lei Federal n.º 4320/1964, que objetiva evidenciar receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extra orçamentários, e ainda o saldo de caixa do exercício anterior e que será transferido para o exercício seguinte.

Com estas informações, é possível apurar o chamado resultado financeiro, que não deverá ser confundido com superávit/déficit financeiro, cujo Demonstrativo apresenta enfoque orçamentário ao considerar a receita no momento da arrecadação e a despesa no ato do empenho, conforme prevê o art. 35 da Lei Federal n.º 4.320/64.

O IPREMED registrou no exercício, à título de **ingressos**, receitas arrecadadas no valor de R\$ 15.213.438,53 (Quinze milhões duzentos e treze mil quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta e três centavos). Em relação aos **dispêndios**, montaram R\$ 21.910.238,91 (Vinte e um milhões novecentos e dez mil duzentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos) no exercício.

Os **ingressos** desta Entidade não se esgotam na arrecadação orçamentária, mas sim com a figura da “**interferência financeira**” em face da atual situação do fundo financeiro, cuja operacionalização ideal seria a contabilização de receitas orçamentárias no IPREMED, contra o reconhecimento de despesas orçamentárias pelo Poder Executivo Municipal, porém, neste exercício, o déficit financeiro apresentado pelo Grupo Financeiro, teve o ingresso da parte deficitária por interferência financeira (registro contábil), bem como o repasse da Taxa Administrativa que segue este mesmo critério contábil.

RECEITAS			DESPESAS	
FONTE	VALOR	NATUREZA	FONTE	DESPESAS
001	710.679,48	Interferência ¹	001	330.024,44
	62.510,79	Rentabilidade		
040	6.228.858,56	Contribuição	040	21.331.603,74
	1.476.528,73	Rentabilidade		
	6.085.010,82	Patronal		
	542.046,42	Parcelamentos		
	18.429.499,69	Interferência ²		
551	737.680,72	Repasso	551	248.610,73
	80.802,49	Rentabilidade		
TOTAL	34.353.617,70			21.910.238,91

¹ Referem-se à interferência financeira – Taxa Administrativa e Insuficiência Financeira.

² Referem-se à interferência financeira – Taxa Administrativa e Insuficiência Financeira.

A movimentação dos campos **extra orçamentários** se referem a pagamentos de restos a pagar anteriores (9.620,71), empenhos do exercício de 2019 processados e não pagos. Os montantes demonstrados de R\$ 4.791.319,31 (Ingressos), e 4.791.319,31 (Dispêndios), são

movimentações ocorridas em decorrência de retenções na fonte. O valor de 1.502.766,95 se refere a desvalorização de valor dos ativos em decorrência de avaliação negativa junto ao mercado financeiro.

As movimentações **retenções**, também denominadas de consignações, se deram através da apropriação de valores no momento da liquidação de empenhos para o futuro repasse a terceiros, a exemplo da retenção do IRRF em folha de pagamento dos Inativos e pensionistas, que após observada a tabela da Receita Federal, aplica-se sobre a remuneração do beneficiário, e o produto desta retenção é recolhida aos cofres do Município por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

O **Saldo dos Restos a Pagar**, a serem inscritos no exercício financeiro de 2022, no valor de R\$ 1.267.242,90 (Hum milhão duzentos e sessenta e sete mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa centavos), referem-se ao saldo líquido da folha de pagamento de Inativos e Pensionistas, competência de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.257.999,38 (Hum milhão duzentos e cinquenta e sete mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos), e folha de pagamento do grupo administrativo no montante de R\$ 9.243,52 (Nove mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos)

Os saldos financeiros apresentaram a seguinte variação.

Saldo Inicial/2021	Saldo Final/2021	Variação Positiva	Valor Percentual
55.404.481,01	67.602.715,04	12.198.234,03	22,02%
Saldo Inicial/2020	Saldo Final/2020	Variação Positiva	Valor Percentual
44.273.645,86	55.404.481,01	11.130.835,15	25,14%

Considerações: Na análise financeira acima demonstrada, os resultados apresentam uma variação financeira positiva relevante, ou seja, a entidade vem honrando seus compromissos e registrando o acréscimo em seus saldos financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP**, demonstra o desempenho financeiro do ente, apresentando as suas variações aumentativas e diminutivas, objetivando apresentar o resultado patrimonial apurado no período, (neste caso o exercício financeiro de 2021). A teor das Normas Internacionais de Contabilidade, a interpretação é de que as VPAs (Variações Patrimoniais Aumentativas), referem-se aos Ingressos, já as VPDs (Variações Patrimoniais Diminutivas), aos Dispêndios. Importante observar que a DVPs, são compostas apenas pelos fatos modificativos que impactam no patrimônio da entidade.

VARIACÕES - AUMENTATIVAS E DIMINUTIVAS					
Nominações	2021	2020	Nominações	2021	2020
			Pessoal e Encargos	191.697,90	158.027,19
Contribuições	13.761.212,61	13.075.609,36	Aposentadorias	19.939.247,42	17.531.040,28
Serviços	0,00	24.300,00	Pensões	1.392.357,32	1.245.539,95
Remuneração Depósitos Bancários	1.619.842,01	5.478.527,84	Compensação Previdenciária	248.610,73	329.320,46
Transferências Intragovernamentais	19.140.179,17	14.393.688,53	Material de Consumo	1.281,73	129,00
Reversão de Provisões (resultado Cálculo Atuarial)	45.052.220,57	34.260.445,25	Serviços	134.076,95	109.004,92
Compensação entre RGPS/RPPS	737.680,72	732.766,42	Diárias	10.167,86	5.026,05
			Desvalorização Ativos	1.502.766,95	2.774.828,14
			Interferência	0,00	0,00
			Reservas Matemáticas	55.799.972,32	45.052.220,57

TOTAL	80.311.135,08	67.965.337,40	TOTAL	79.220.178,18	67.205.136,56
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO					1.090.956,90

VARIAÇÕES QUALITATIVAS (NÃO AFETAM O RESULTADO)		
Especificações	2021	2020
Incorporação de Ativos	0,00	10.450,00

A oscilação positiva, da ordem de R\$ 1.090.956,90 (Hum milhão noventa mil novecentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), aferida no *Quadro das Variações Quantitativas*, mostra que em termos patrimoniais os Ingressos foram superiores aos Dispêndios no período, fazendo com que o resultado patrimonial, se comparado ao exercício anterior, resultasse no montante acima demonstrado. No que se refere ao *Quadro das Variações Qualitativas*, os valores ali constantes refletem a aquisição de bens pertencente ao imobilizado.

Objetivam, estas notas explicativas, contribuir para uma melhor compreensão pelo usuário, destas, buscando elucidar com a maior transparência possível, as movimentações ocorridas na situação econômico-financeira do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Medianeira, durante o exercício financeiro de 2021.

Medianeira/PR., 24 de janeiro de 2022.

Marta Regiana Ribeiro Fracaro
Diretor Presidente

Maria Gorete Marca
Contadora CRC 043498/O – 1 PR

Antonio França Benjamim
Prefeito

Aguinaldo Bodanese
Controlador Geral